



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora

Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambé – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

**Inspeção realizada na 3ª Vara da Comarca de  
Morada Nova /CE**

**RELATÓRIO**

**Portaria nº 10/2020/CGJCE**

**Corregedor Geral da Justiça:**

**Desembargador Teodoro Silva Santos**

**Juiz Corregedor Auxiliar:**

**Dr. Francisco Gladyson Pontes Filho**

<b>1 DA IDENTIFICAÇÃO DA CORREIÇÃO</b>	
Processo	CPA 8501574-41.2020.8.06.0026
Unidade	3ª Vara da Comarca de Morada Nova
Entrância	Entrância Intermediária
Endereço	Av. Manoel de Castro, 680
Período da Correição	Maio de 2020
Portaria	Portaria nº 10/2020

<b>2 DO JUIZ – DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS</b>	
Nome: <b>Ana Caroline Fernandes Duarte</b>	Matrícula: <b>23809</b>
(X) Juiz de Direito ( ) Juiz Substituto	(X) Titular ( ) Respondendo ( ) Auxiliando Se o juiz estiver respondendo ou auxiliando: Portaria designatória: Portaria nº ____ / ____
Exercício cumulativo: ( ) Sim (X) Não	Quais?
Ingresso na Magistratura: 25.02.2016	Ingresso na Vara: 21.08.2017
O juiz reside na Comarca?	(X) Sim ( ) Não
O Juiz exerce a função de Diretor do Fórum?	(X) Sim ( ) Não
O Juiz exerce outra função administrativa (CEJUSC, COMAN, Distribuição, Vice-Diretor)?	(X) Sim ( ) Não Qual? CEJUSC, COMAN e Distribuição
O Juiz exerce a função de Juiz Eleitoral?	( ) Sim (X) Não
O Juiz exerce a função de magistério?	( ) Sim (X) Não Se sim, em qual instituição? Qual a frequência?

<b>3 DO QUADRO DE PESSOAL</b>		
<b>3.1 ANALISTAS JUDICIÁRIOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.2 JUÍZES LEIGOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.3 OFICIAIS DE JUSTIÇA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.4 TÉCNICOS JUDICIÁRIOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>01</b>
Francisco George Rodrigues de Andrade		22995
<b>3.5 AUXILIARES JUDICIAIS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.6 ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.7 ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>01</b>
Erica Costa Rabelo Cunha		43580
<b>3.8 TERCEIRIZADOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>

3.9 CEDIDOS		TOTAL	06
Monalisa Lima Cordeiro	Efetivo	Professora	23431
José Jefferson Castro Rabelo	Comissionado	Assistente Operacional	40644
Andressa de Aquino Raulino	Comissionado	Assistente Operacional	40645
Elisidária Matos de Oliveira	Efetivo	Agente Administrativo	41040
Maria do Socorro Virgílio do Nascimento	Comissionado	Assessora Técnica	41156
Tais Batista Angelo	Comissionado	Assistente Operacional	43204
3.10 CARGOS EM COMISSÃO			
Adriana Mayara Coutinho Damasceno	Supervisora		40774
Renata Cavalcante Gonçalves Viana	Assistente		22964

4 DO PROMOTOR DE JUSTIÇA	
Nome: Izabella Droumond Matosinhos	<input checked="" type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Respondendo
Responde por outras Comarcas? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Quais?

5 DO DEFENSOR PÚBLICO	
Nome: Renata Peixoto Amaral Botelho e Thiago Furlanetti Barros Machado	<input checked="" type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Respondendo
Responde por outras Comarcas? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Quais?

6 DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA	
Comarca com Três Varas sem Juizado Instalado	
<input type="checkbox"/> 1ª Vara	a) Processos de competência do Tribunal do Juri b) Execução Penal e Corregedoria dos Presídios c) Os feitos relativos aos Conflitos Fundiários
<input type="checkbox"/> 2ª Vara	a) Ações e medidas relativas aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais b) Processos e Julgamento dos crimes de competência do juiz singular
<input checked="" type="checkbox"/> 3ª Vara	a) Processo e medidas relativas à jurisdição da infância e juventude b) Processos e medidas relativas aos registros públicos c) Processos e Julgamento dos crimes de competência do juiz singular

7 DO ACERVO PROCESSUAL	
Acervo atual	1308
Acervo na última inspeção realizada pela CGJ/CE	1441
Data da Inspeção: 02.05.2018	

(X) Diminuiu	( ) Aumentou	Diferença:	-133
Tramitação Processual	( ) Físico	( ) Digital	(X) Físico/Digital

## 8 DA PRODUTIVIDADE

### DADOS DO MAGISTRADO

#### 8.1 Produtividade do magistrado nos últimos 12 meses (conforme lista anexa)

Item	Quantidade Total	Média Mensal
Sentenças	487	40,58
Acordos	76	6,33
Decisões	729	60,75
Audiências	226	18,83
Despachos	2095	174,58

### DADOS DA UNIDADE – dados extraídos do dia 20 de maio de 2020

#### 8.2 Gestão de desempenho (Ano: 2020)

Processos novos	113
Processos pendentes de julgamento	1034
Processos julgados	130
Processos pendentes de baixa	1308
Processos baixados	146

#### 8.3 Gestão do acervo (Mês: maio /Ano: 2020)

Processos conclusos para Sentença	99
Processos julgados e não baixados	274
Processo Suspenso	143
Processos Reativados no mês	3
Processos Transitados no mês	11
Processos em grau de recurso no mês	1
Processos remetidos a outro foro no mês	0
Processos arquivados definitivamente no mês	16
Processos entrados no mês	17
Processos julgados no mês	17

#### 8.4 Processos prioritários (conforme listas anexas)

Idoso	Pendente de Julgamento	19
	Pendente de Baixa	46
Doença Grave	Pendente de Julgamento	2
	Pendente de Baixa	2
Réu Preso	Pendente de Julgamento	7
	Pendente de Baixa	8
Menor	Pendente de Julgamento	3
	Pendente de Baixa	3

#### 8.5 Processos paralisados há mais de 100 dias

Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 101 e 180 dias	144
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 360 dias	101
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 360 dias	42
Total	287

#### 8.6 Gestão de Tempo e Qualidade

Índice de processos com assunto cadastrado	100%
Índice de conformidade de classe (CNJ)	100%

## 9 DOS PROCESSOS JUDICIAIS

### 9.1 VISÃO GERAL

#### 9.1.1 Processos Conclusos

Para Despacho	82
Para Decisão Interlocutória	10

<b>9.1.1 Liminares Pendentes de Análise</b>	
Quantidade de Liminares Pendentes de Análise	0
É feito algum controle em processos em que é postergada a apreciação de pedido liminar para período após a apresentação de manifestação pela parte requerida?	(X) Sim ( ) Não
Como é feito esse controle? A supervisora informou que constantemente verifica os processos com liminares pendentes para que sejam apreciados pela magistrada.	
<b>9.1.2 Custas Finais</b>	
Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)	(X) Sim ( ) Não
Como é feito? Após o trânsito em julgado, a parte devedora é intimada para efetuar o pagamento de custas. Caso não efetue o pagamento, a juíza determina que seja oficiado à Procuradoria de Dívida Ativa para inscrição do devedor nos seus cadastros.	
<b>9.2 DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO NA UNIDADE</b>	
<b>9.2.1 Processos Cíveis</b>	
Mandados de Segurança	6
Ações Cíveis Públicas	16
Ações de Improbidade Administrativa	10
<b>9.2.2 Tribunal Popular do Juri</b>	
Total de Processo de competência do Tribunal do Juri	-
Juris realizados nos últimos 12 meses	-
Juris pendentes de realização	-
Processos aguardando a designação de data para realização do Juri	-
Processos inseridos na Meta ENASP	-
<b>9.2.3 Execução Penal ou Condições Estabelecidas no Juizado Especial Criminal</b>	
Cumprimento em Regime Fechado	-
Cumprimento em Regime Semiaberto	-
Cumprimento em Regime Aberto	-
<b>9.2.4 Infância e Juventude</b>	
Total de processos relacionado ao Estatuto da Criança e do Adolescente	58
Total de processos de apuração de Ato Infracional	45
Total de processos de execução de medida socioeducativa	26
<b>10 DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS</b>	
<b>10.1 Processos Administrativos contra Serventias Extrajudiciais</b>	
Nada Consta	
<b>10.2 Processos com Representação</b>	
Nada Consta	
<b>11 DOS PROCEDIMENTOS</b>	
<b>11.1 Visão Geral</b>	
Entrados no Mês	27
Arquivados	0
<b>11.2 Procedimentos Investigatórios</b>	
Pendentes	132
<b>11.3 Cartas Precatórias</b>	
Pendentes	75
<b>12 DAS AUDIÊNCIAS</b>	
<b>12.1 Produtividade nos últimos 12 meses</b>	
Total de audiências agendadas	284
Total de audiências realizadas	214

Audiências não realizadas	24
Audiências canceladas/redesignadas	4
<b>12.2 Situação geral</b>	
Processos aguardando a designação de audiências	62
Processos aguardando a realização de audiência	4
Audiência designada com a data mais distante	27.05.2020

<b>13 DO GERENCIAMENTO DA UNIDADE</b>	
<b>Gestão de Processo de Trabalho</b>	
Como é feita a abertura de Malote Digital?	<input checked="" type="checkbox"/> servidor específico <input type="checkbox"/> revezamento
Como é feita a abertura de e-mail institucional?	<input checked="" type="checkbox"/> servidor específico <input type="checkbox"/> revezamento
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Há uma rotina específica para cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não

<b>14 PROCESSOS INSPECIONADOS</b>	
<b>14.1 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DESPACHO</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0020113-73.2019.8.06.0128	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 26.07.2019. À conclusão para impulso oficial.
0020016-73.2019.8.06.0128	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 05.09.2019. À conclusão para impulso oficial.
0020019-28.2019.8.06.0128	Visto em inspeção. Audiência de conciliação designada para o dia 05.09.2019, deixou de se realizar em razão da ausência das partes. À conclusão.
0020042-71.2019.8.06.0128	Visto em inspeção.
0002237-08.2019.8.06.0128	Visto em inspeção.
0020200-29.2019.8.06.0128	Visto em inspeção.
0020372-68.2019.8.06.0128	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 21.10.2019. À conclusão para impulso oficial.
0020207-21.2019.8.06.0128	Visto em inspeção.
0011895-61.2016.8.06.0128	Visto em inspeção. À conclusão tendo em vista petições de fls. 150/161, datada de 05.12.2019, e fls. 162/163, datada de 11.12.2019.
0020262-69.2019.8.06.0128	Visto em inspeção.
<b>14.2 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DECISÃO</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0002170-43.2019.8.06.0128	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 24.06.2019. À conclusão para impulso oficial.
0002214-62.2019.8.06.0128	Visto em inspeção.
0002657-13.2019.8.06.0128	Visto em inspeção.
0020623-86.2019.8.06.0128	Visto em inspeção.
0002786-18.2019.8.06.0128	Visto em inspeção.
0050033-58.2020.8.06.0128	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 21.01.2020. À conclusão para impulso oficial.
0020369-16.2019.8.06.0128	Visto em inspeção.
0050219-81.2020.8.06.0128	Visto em inspeção.
<b>14.3 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>

0010006-33.2020.8.06.0128	Visto em inspeção. Feito concluso para sentença desde 26.02.2020.
<b>14.4 PROCESSOS CONCLUSOS - EMENDA A INICIAL</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0050152-19.2020.8.06.0128	Visto em inspeção.
0020469-68.2019.8.06.0128	Visto em inspeção. Emenda a inicial apresentada em 06.12.2019. À conclusão para impulso oficial.
0020452-32.2019.8.06.0128	Visto em inspeção.
0002648-51.2019.8.06.0128	Visto em inspeção. Juntada da guia de custas em 29.01.2020. À conclusão.
0020453-17.2019.8.06.0128	Visto em inspeção. Emenda a inicial apresentada em 18.11.2019. À conclusão para impulso oficial.
0050131-43.2020.8.06.0128	Visto em inspeção.
<b>14.5 PROCESSOS CONCLUSOS (URGENTE)</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0186487-09.2018.8.06.0001	Visto em inspeção.
0020465-31.2019.8.06.0128	Visto em inspeção.
0020136-19.2019.8.06.0128	Visto em inspeção.
0050211-07.2020.8.06.0128	Visto em inspeção.
0020422-94.2019.8.06.0128	Visto em inspeção.

<b>15 PROCESSOS HÁ MAIS TEMPO SEM MOVIMENTAÇÃO</b>		
<b>Processo</b>	<b>Última movimentação</b>	<b>Movimentação</b>
0001594-02.2009.8.06.0128	03.04.2014	Entrada de petição de acompanhamento
0008679-97.2013.8.06.0128	08.09.2014	Entrada de petição de acompanhamento
0009594-15.2014.8.06.0128	13.01.2015	Remessa dos autos
0009908-58.2014.8.06.0128	13.01.2015	Remessa dos autos
0009879-08.2014.8.06.0128	09.02.2015	Remessa dos autos
0009881-75.2014.8.06.0128	09.02.2015	Remessa dos autos
0008009-93.2012.8.06.0128	16.03.2015	Remessa dos autos
0009349-04.2014.8.06.0128	01.04.2015	Recebimento
0007960-81.2014.8.06.0128	14.05.2015	Remessa dos autos
0010526-76.2014.8.06.0136	30.06.2015	Remessa dos autos

<b>16 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS</b>	
<b>16.1 Taxa de Congestionamento (Meta para 2020 é 70,8%)</b>	
Na última inspeção realizada pela CGJ/CE	
2018	73,80%
2019	70,46%
2020	72,51%
<b>16.2 Índice de Atendimento à demanda – IAD (Meta para 2020 é 124%)</b>	
2018	83,94%
2019	124,24%
2020	129,20%
<b>16.3 Meta 1 (Meta para 2020 é maior que 100%)</b>	
2018	114,15%
2019	121,21%
2020	115,04%
<b>16.4 Meta 2 (Meta para 2020 é 80%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2020	218
Total de processos pendentes de julgamento	205
Total de processos julgados	13
2019 – Percentual de Atingimento	6%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2020	161,4
<b>16.5 Meta 4 (Meta para 2020 é 70%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2020	9

Total de processos pendentes de julgamento (conforme listas anexas)	8
Total de processos julgados	1
2019 – Percentual de Atingimento	11%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2020	5,3
<b>16.6 Meta 6 (Meta para 2020 é 60%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2020	1
Total de processos pendentes de julgamento (conforme listas anexas)	1
Total de processos julgados	0
2019 – Percentual de Atingimento	0%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2020	0,6
<b>16.7 Conciliação</b>	
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2019	
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2020, até o mês anterior em que a inspeção se realizou	

<b>17 DA VIDEOCONFERÊNCIA</b>	
Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Possui sala específica para a videoconferência?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Cadastro no SIMAVI foi realizado:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Já realizou audiência por videoconferência:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

<b>18 NORMATIVOS IMPORTANTES</b>	
<b>Normativo</b>	<b>Conteúdo</b>
Provimento nº 14/2019/CGJCE	Dispõe sobre os procedimentos relativos ao recambiamento de presos e a solicitação de escolta para acompanhar detentos a audiências dentro do Estado do Ceará.
Provimento Conjunto nº 02/2019/ PRES/CGJ-CE	Disciplina o recolhimento, destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária imposta em sede de transação penal e como condição da suspensão do processo, de acordo com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.
Provimento nº 01/2019/CGJCE	Define os atos ordinatórios a serem praticados de ofício pelas Secretarias das Unidades Judiciais para efetividade do disposto no art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal, c/c o artigo 203, § 4º, do Código de Processo Civil.
Provimento nº 22/2018/CGJCE	Determina a utilização do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ/PG) para a prolação de sentenças.
Provimento nº 17/2018/CGJCE	Estabelece os critérios e define o procedimento da Inspeção Judicial Anual a ser adotado no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob os auspícios do art. 39, Lei nº 16.397/2017, e da Recomendação CNJ nº 12/2013 e regulamenta as disposições pertinentes.
Provimento nº 08/2018/CGJCE	Autoriza os magistrados dos juizados especiais criminais e os demais juízos com competência criminal do Ceará a receber, mandar distribuir e processar os Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCO para o fim de deflagrar procedimento de natureza penal, lavrado por qualquer agente público regularmente investido na função de policiamento (art. 69, Lei 9099/95), a exemplo dos policiais militares, policiais rodoviários federais, escrivães e inspetores de Polícia Civil.
Provimento nº 06/2018/CGJCE	Estabelece para remessa de processos por declínio de competência entre os sistemas utilizados nas Unidades Judicial do Estado do Ceará.
Provimento nº 11/2017/CGJCE	Dispõe sobre a gestão e a fiscalização judiciais exercidas pelos juizes criminais, em comarcas onde houver cadeias públicas passíveis de interdição.
Provimento nº 09/2017/CGJCE	Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências.
Provimento nº 02/2017/CGJCE	Dispõe sobre a fiscalização da situação processual dos presos provisórios



	pelos Juizes de Direito das unidades judiciárias com competência criminal do Poder Judiciário do Estado do Ceará.
Provimento nº 05/2016/CGJCE	Dispõe sobre a obrigatoriedade da escoreta e completa alimentação dos dados de qualificação e histórico da parte passiva em feitos de natureza criminal no âmbito da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências.

## 19 RECLAMAÇÕES/CONSTATAÇÕES

## 20 RECOMENDAÇÕES

<b>20.1</b>	<i>Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2020, com destaque para as Metas 1, 2, 4 e 6;</i>
<b>20.2</b>	<i>Inserir a tarja referente a feitos prioritários nos processos assim considerados, para facilitar a identificação e julgamento destes feitos;</i>
<b>20.3</b>	<i>Adoção das recomendações pontuadas nos processos inspecionados, principalmente naqueles paralisados por tempo demasiado, providenciando o devido impulso oficial;</i>
<b>20.4</b>	<i>Instituir rotina de cobrança de processos físicos com carga que tenham ultrapassado prazo razoável;</i>
<b>20.5</b>	<i>Providenciar impulso oficial mais célere às Cartas Precatórias, tendo em vista a existência de 75 procedimentos dessa classe em tramitação;</i>
<b>20.6</b>	<i>Instituir rotina de cobrança de cartas precatórias, com o intuito de evitar que tais procedimentos fiquem paralisados no juízo deprecante;</i>
<b>20.7</b>	<i>Providenciar que os feitos prioritários recebam a devida atenção, fazendo-os tramitar em fluxo distinto das demais demandas judiciais;</i>
<b>20.8</b>	<i>Os processos de réus presos deverão ser impulsionados com a máxima celeridade, apreciando, ex officio, o excesso de prazo na formação da culpa, bem como proceder um controle de apenados nessa situação;</i>
<b>20.9</b>	<i>Designar data para as audiências pendentes;</i>
<b>20.10</b>	<i>Realizar mutirões de audiências nos processos simples que possibilitam o julgamento em lote na própria audiência, como nos crimes de furto e porte de arma, o que pode incrementar a produtividade da unidade e abreviar a prestação jurisdicional.</i>
<b>20.11</b>	<i>Movimentar, no prazo de 90 (noventa) dias, todos os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias que se encontram na unidade, comunicando o resultado à Corregedoria ao final deste prazo;</i>
<b>20.12</b>	<i>Apresentar um plano de ação para o julgamento dos processos que estão conclusos para sentença há mais de 100 dias;</i>
<b>20.13</b>	<i>Cobrar todos os mandados aguardando cumprimento há mais de 45 dias, com envio de ofício à COMAN, bem como instituir rotina de cobrança de mandados sem devolução há bastante tempo;</i>
<b>20.14</b>	<i>Proceder a identificação e imediato impulso oficial dos processos inseridos na Meta 8 do Conselho Nacional de Justiça ;</i>
<b>20.15</b>	<i>Atualizar o cadastro de Histórico de Partes do SAJ de todos os processos;</i>
<b>20.16</b>	<i>A Secretaria de Vara deverá providenciar o saneamento das listas processuais extraídas do Sistema SEI, com o intuito de ele passe a refletir a real situação da unidade;</i>

## 21 CONCLUSÃO

Inspecionando à 3ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, constatou-se, em geral, que os feitos em tramitação têm andamento processual regular, com pontuais morosidades.

Em razão da pandemia COVID-19, não foi possível a inspeção presencial. A

unidade está passando por procedimento de digitalização, contudo, o percentual virtual ainda é reduzido. Assim, o exame inspeccional focou mais nos dados estatísticos, que foram suficientes para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.

Passo a expor a situação verificada, no SAJPG, durante a análise por amostragem dos processos inspecionados.

Na fila **Concluso para Despacho**, percebeu-se a existência de alguns feitos sem movimentação desde 2019, como é o caso dos processos nºs 0020113-73.2019.8.06.0128, 0020016-73.2019.8.06.0128 e 0020019-28.2019.8.06.0128.

Existiam 8 (oito) processos **Conclusos para Decisão Interlocutória**, sendo verificado que possuíam movimentação recente, com exceção do processo nº 0002170-43.2019.8.06.0128, que estava paralisado desde junho de 2019.

A fila **Concluso para Sentença** somente possuía um feito, que estava conclusivo para tal fim desde fevereiro de 2020.

No fluxo **Concluso para Emenda a Inicial**, havia seis processos que possuíam data de conclusão recente, com exceção dos processos nºs 0020469-68.2019.8.06.0128 e 0020469-68.2019.8.06.0128, conclusivos desde 2019.

Os processos da fila **Conclusos (Urgentes)** estavam com movimentação recente.

Assim, podemos perceber que os feitos estão sendo impulsionados a contento, sendo verificadas poucas morosidades na tramitação processual.

Com relação à quantidade de processos **paralisados há mais de 100 dias**, conforme dados do sistema SEI (extraídos na data de 20/05/2020), a 3ª Vara da Comarca de Morada Nova possui somente 287 (duzentos e oitenta e sete) processos nessa situação, dos quais apenas 42 (quarenta e dois) estão sem movimentação há mais de um ano.

Essa quantidade de feitos paralisados há mais de 100 dias corresponde a 21,94% dos processos em tramitação na unidade.

No entanto, é importante destacar que dentre os processos paralisados há mais de um ano, existem feitos sem movimentação há mais de cinco anos, tais como os processos nºs 0001594-02.2009.8.06.0128, 0008679-97.2013.8.06.0128, 0009594-15.2014.8.06.0128, 0009908-58.2014.8.06.0128, 0009879-08.2014.8.06.0128, 0009881-75.2014.8.06.0128, 0008009-93.2012.8.06.0128 e 0009349-04.2014.8.06.0128, sendo recomendado o saneamento imediato de tal morosidade.

Alguns desses processos já estão com movimentação de arquivamento definitivo, no entanto, foi utilizado o código equivocado, razão pela qual é necessário fazer uma alteração dos códigos de arquivamento para que o processo deixe de ser contabilizado como feito em andamento.

Outro ponto a ser destacado é que a unidade conseguiu reduzir o acervo em 133 (cento e trinta e três) processos, quando comparado com o número existente durante a realização da última inspeção. Em 2018, havia 1441 (mil quatrocentos e quarenta e um) feitos pendentes de baixa, enquanto, atualmente, existem 1308 (mil trezentos e oito) processos. Tal redução corresponde a 9%.

Um aspecto que precisar ser melhorado diz respeito ao monitoramento das Metas do CNJ. Nesse relatório, fizemos a análise dos percentuais relativos ao ano de 2020.

Em janeiro de 2020, a unidade possuía 218 (duzentos e dezoito) processos inseridos na **Meta 2 do CNJ**, dos quais, até o mês de abril, apenas 13 (treze) foram sentenciados, restando o julgamento de 162 (cento e sessenta e dois) processos, até o final do ano, para que a referida meta seja atingida.

No que diz respeito à **Meta 4 do CNJ**, a unidade possuía, em janeiro de 2020, 9 (nove) processos, dos quais, até o mês de abril, 1 (um) processo foi sentenciado, restando o julgamento, até o final de ano, de 6 (seis) processos, para que a referida meta seja alcançada.

Quanto à **Meta 6 do CNJ**, a vara possuía 1 (um) processos, em janeiro de 2020, que, até o mês de março, não foi sentenciado, restando o julgamento, até o final de ano, desse processo, para que a referida meta seja alcançada.

Quando considerados os últimos 12 (doze) meses, a Dra. Ana Caroline

Fernandes Duarte possui uma **média processual**, na 3ª Vara da Comarca de Morada Nova de 37,91 sentenças por mês, o que se aproxima bastante do atendimento da demanda da unidade, que é de 38,5 processos por mês (número obtido dividindo-se a quantidade de processos recebidos no ano de 2019 por doze meses).

Outro ponto positivo diz respeito à redução da **taxa de congestionamento**, que era de 73,80% em 2018, passando para 72,51% em 2020.

Analisando os dados acima, percebe-se que a Dra. Ana Caroline Fernandes Duarte, bem como sua equipe de servidores estão empreendendo esforços para fornecer uma boa prestação jurisdicional à população.

Portanto, constatou-se que, neste momento, não há falhas graves aptas a justificar o aprofundamento da matéria no âmbito disciplinar. As irregularidades verificadas foram alvo de recomendações e medidas específicas, atendendo-se, assim, ao desiderato maior da atividade pedagógica desta Corregedoria. Não se identifica, ademais, necessidade de monitoramento da unidade judiciária, todavia, deve a magistrada envidar esforços para reduzir o número de processos paralisados há mais de 100 dias, em especial aqueles que ultrapassam 1 ano sem impulso, bem como incrementar o julgamento dos feitos inseridos nas metas 2, 4 e 6 do CNJ.

As omissões e irregularidades anteriormente consignadas são sanáveis, com a implementação das recomendações acima pormenorizadas, não possuindo aptidão para comprometer o serviço ofertado pelo Judiciário à população local.

Por fim, foi entregue cópia deste relatório a magistrada, sendo-lhe concedido o prazo de 90 (cento e vinte) dias para cumprir as recomendações aqui pontuadas, comunicando a CGJ/CE as providências adotadas.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Fortaleza/CE, 25 de maio de 2020.

**FRANCISCO GLADYSON PONTES FILHO**

Juiz Corregedor Auxiliar